

A ENUNCIÇÃO (UMA POSTURA EPISTEMOLÓGICA)¹

Algirdas Julien GREIMAS²

Tradução de Maria Lúcia Vissotto Paiva DINIZ³

e Jean Cristtus PORTELA⁴

A pergunta que o Sr. Lopes e o Sr. Assis Silva me dirigiram me fez pensar muito. Eu diria muito, mas não quantitativamente, antes qualitativamente. É uma pergunta que diz respeito a um conjunto de problemas fundamentais – e atuais. Isto é, diz respeito à dicotomia enunciação/enunciado, à dicotomia linguagem-objeto/metalinguagem e ao problema da isotopia, ou seja, à coerência do discurso. Estão aí, talvez, problemas que renderiam, cada um, três estudos de semiótica.

A pergunta é a seguinte: “a passagem do nível do enunciado ao nível da enunciação não é uma passagem do nível da língua-objeto ao nível metalinguístico? Ou seja, a dicotomia enunciação/enunciado é comparável à dicotomia metalinguagem/linguagem-objeto? A relação entre esses dois níveis é a mesma tanto num caso como no outro? Essa é a primeira questão. Em seguida, considerando que a metalinguagem, segundo Jakobson, é de ordem metafórica e que a metalinguagem é a metáfora da linguagem-objeto, sempre segundo Jakobson, a negação da linguagem-objeto não pressupõe uma relação com o primeiro quadrado lógico e o segundo? O primeiro quadrado lógico será aquele no

1 O texto ora traduzido foi publicado originalmente em francês, com o título « L'Énonciation: une posture épistémologique », no número 1 da *Significação: Revista Brasileira de Semiótica*, em 1974, e corresponde à resposta a uma pergunta formulada pelos professores Edward Lopes e Ignácio Assis Silva sobre o problema da enunciação. A transcrição do texto foi realizada a partir da gravação do curso de semiótica da narrativa, ministrado por Algirdas Julien Greimas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Barão de Mauá (Ribeirão Preto – SP), em julho de 1973, ocasião em que se fundou, no mesmo centro universitário, o Centro de Estudos Semióticos A. J. Greimas. Todas as notas presentes nesta tradução são de responsabilidade dos tradutores e a maior parte delas foi proposta como indicação de auxílio ao leitor iniciante em semiótica.

2 (1917-1992). Diretor de pesquisa na EHESS - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França.

3 Professora aposentada da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: mlvissotto@uol.com.br.

4 Professor do Departamento de Linguística, Literatura e Letras Clássicas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Pesquisador do CNPq. E-mail: jean.portela@unesp.br.

qual podemos resumir no nível profundo, digamos, o conteúdo semântico da linguagem objeto. O outro quadrado lógico será aquele que subsume o nível da linguagem que nega esta outra linguagem. Não há, e se há uma, que tipo de relação pode existir entre esses dois níveis da linguagem?" Vocês veem que não é a questão, mas as questões. Daí meu desejo de decompor o problema e dizer a vocês um pouco do que eu penso sobre esta ou aquela questão, e fornecer, em último lugar, somente resposta ao conjunto que se acha proposto. A primeira parte tratará do problema do enunciado e da enunciação.

Digamos, portanto, que o enunciado é um conceito bastante claro. Na verdade, é a frase linguística nos seus elementos mais simples, isto é, um enunciado elementar, seja sujeito, predicado, verbo, seja destinador, mensagem, destinatário etc. Por ora pouco importa. Este enunciado, como a palavra indica, é o que é enunciado, o que é dito ou escrito, enfim, o que é comunicado. Podemos dizer, na verdade, que o enunciado na sua forma mais simples pode ter a forma canônica do enunciado frástico, ou, ainda, podemos considerar, num sentido amplo, que o enunciado é o que é enunciado, isto é, todo encadeamento sintagmático que transcende, ultrapassa as dimensões da frase e que compreende, portanto, o discurso enquanto enunciado. É, em outros termos, o mesmo que formular o problema que é um quebra-cabeça para as crianças na França em suas aulas de filosofia: *O pensamento pensante pensa o pensamento pensado*. O enunciado é este *pensamento pensado*, que é a manifestação em termos psicológicos do processo de pensamento. É evidente que, para que o enunciado seja enunciado, é necessário que o enunciemos. Portanto, é necessário que o enunciado possua um predicado, uma função, enfim, a enunciação. Se já existe um enunciado enquanto objeto do pensamento, da enunciação, se existe um processo intitulado enunciação, isso pressupõe a existência de um sujeito da enunciação. Temos, finalmente, a enunciação, que se opõe ao enunciado, mas que possui, ela também, a estrutura de um enunciado elementar, com um sujeito, um predicado e um objeto, mas com a diferença de que o actante objeto da enunciação é um enunciado. *Eu digo que estou doente*. Então temos: **eu** sujeito, **digo** verbo, e o actante objeto **eu estou doente**. Então, **eu estou doente** é um enunciado e **eu digo que** é da ordem da enunciação. O problema só se complica pelo fato de esta enunciação, no quadrado que eu apresentei a vocês, ser igualmente já enunciada. Logo, só podemos falar de enunciação, na medida em que esta enunciação é enunciada.

Podemos, portanto, dar uma primeira definição da enunciação. A enunciação é um enunciado no qual apenas o actante-objeto é manifestado. Se essa enunciação não é manifestada, como podemos saber algo? A única resposta válida é que podemos saber algo porque a enunciação possui uma estrutura que é aquela do enunciado e que, conhecendo a estrutura do enunciado e conhecendo um dos elementos deste enunciado que foi manifestado, podemos, logicamente, pressupor a existência de outros elementos deste enunciado que se chama enunciação. Sabemos que a presença do actante-objeto implica a existência do actante-sujeito e que a relação entre actante-sujeito e actante-objeto é uma função, é uma relação predicativa. Partimos da definição de que a enunciação é um enunciado. Então, se um dos termos do enunciado é conhecido,

os outros podem ser deduzidos. São pressupostos logicamente. Portanto, a enunciação não pode ser conhecida exceto pela forma de pressuposição lógica e é o único modo de existir da enunciação. Toda confusão vem do fato de que o sujeito da enunciação, que é um sujeito lógico, é considerado pelos linguistas, sobretudo pelos literatos e pelos filósofos, como um sujeito ontológico. A confusão é simples porque se eu sou de carne e osso, aqui como ser existente e eu digo *A terra é redonda*, então dizemos que Greimas é quem é o sujeito da enunciação deste enunciado *a terra é redonda*. Mas, linguisticamente, postular a existência de Greimas significa postular a existência de um referente exterior à linguagem. Isso é antissaussuriano e toda a Semiótica vai por água abaixo, pois isso equivale a afirmar que existe uma realidade extralinguística que nós podemos conhecer por meio de métodos que são linguísticos. Do mesmo modo, se é por métodos não-linguísticos que conhecemos, falta coerência lógica quando falamos linguística. E a partir disso, há um campo aberto a todas as filosofias, a todas as psicanálises e a tudo o que vocês quiserem.

Consequentemente, em literatura, o que é que isso significa? Isso significa que a principal conquista, digamos, da semiótica, está abolida e que retornamos à psicologia do autor e à biografia e vocês sabem quais são as consequências disso. Isto não deixa de ser uma escapatória. Se nos pusermos a estudar a ideologia, reduziremos o texto ao sujeito que chamamos psicológico ou ontológico, que está fora. Na verdade, isso consiste em uma renúncia da Linguística, pois consiste em esvaziar o texto, que é um objeto linguístico que estudamos, por algo que não é linguístico, isto é, retirar-se, renunciar a suas responsabilidades e dizer: agora são os psicólogos e os filósofos que vão ocupar-se disso. Portanto, essa atitude consiste em abolir o objeto linguístico. Eis a importância da escolha. Eu dou as razões sentimentais e as razões que apoiam as razões lógicas. A atitude do linguista diante do texto é dizer, com Saussure, que o discurso, o texto, na medida em que é manifestado, é a única realidade da qual a Linguística se ocupa. E, então, ela diz tudo que pode ser dito sobre o texto manifestado, mas diz também que a Linguística não afirma que não existam outras realidades, longe disso. Mas se ela tem um projeto de pesquisa coerente, deve limitar-se àquilo que pode fazer. Não se trata de ser um homem universal, mas, como a ciência acredita ser um ponto de vista sobre o mundo e não uma exploração, ela opera sobretudo como uma medida do mundo. Cada ciência é uma única abordagem do mundo. Temos nossa abordagem e nela permanecemos. É importante, porque está aí, por exemplo, o grande mal-entendido da Linguística americana. Quando Van Dijk⁵ fala da narrativa, fala de ações, de humanos e de cães etc. Não sabemos, porém, se ele fala do texto, isto é, dos humanos descritos, das ações descritas, dos cães descritos, ou se fala de ações reais, de comportamentos humanos. É preciso saber do que falamos. Quando ele fala de um acontecimento, é da descrição do acontecimento que se trata ou do acontecimento em si? No momento atual, é típica a atitude do neopositivismo anglo-saxão. O sintomático é já chamar os actantes de nomes próprios, isto é, o nome que damos às coisas, considerando que as coisas existem antes e depois de darmos seus nomes.

5 Teun A. van Dijk (1943), linguista holandês, autor de *Tekstwetenschap: een interdisciplinaire inleiding* (1978), traduzido para o espanhol por Sibila Hunzinger como *La Ciencia del Texto* (1978).

Para nós o problema não se apresenta nesses termos. É toda a tradição europeia, continental da Linguística, se vocês preferirem, que está em jogo. De outro modo, se postulamos a existência de um referente exterior, chegamos a discussões intermináveis, as quais assisti frequentemente e que terminam em disputas para saber se as quimeras existem ou não. Porque se a palavra “quimera” existe enquanto nome próprio, é preciso denominar as quimeras, e se as quimeras não existem, o que é esse nome? Palavras que não designam absolutamente nada. Então *pássaros têm asas*, tudo bem, mas *borboletas têm orelhas* (era a brincadeira de P. Guiraud⁶) não é lógico, porque as borboletas não têm orelhas. Como na realidade as borboletas não têm orelhas, esta frase é anormal. Toda semântica chomskiana⁷ está aí. Então tudo que é poesia, literatura, tudo que é conceito filosófico, tudo que é idiomatismo na linguagem, tudo isso são anomalias semânticas. Tudo que representa verdadeiramente o coração da linguagem é expurgado como anomalia. Por quê? Justamente porque existe esse encaminhamento primeiro que é o neopositivismo, que postula a existência de coisas anteriores à linguagem, e onde a linguagem não serve senão para denominar e para dizer um número infinito de frases sobre o mundo. Frases como *pássaros têm asas* isso, sim, é correto, mas *borboletas têm orelhas*, isso não cabe. E por quê? Porque não há orelhas nas borboletas. Eu não quero continuar neste caminho, quero somente lhes dizer que aí há algo que deriva da escolha, das pressuposições filosóficas, no fundo, que a lógica não é inocente em si. É preciso ser lúcido e saber o que escolhemos. Neste ponto de vista, o que é considerado anomalia por vocês é um tipo específico de existência da linguagem. A linguagem é polissêmica, ambígua, um instrumento imperfeito, mas não direi que é justamente essa sua beleza, mas sua eficácia. Por ser polissêmica, justamente por isso é inventiva, essa linguagem, há nela algo que distingue o homem do animal e não porque diz coisas verdadeiras, estabelecendo correspondências entre as palavras. Tudo isso leva um pouco longe. Eu quero voltar àquela primeira definição que lhes dei e dizer que se nós proferimos um enunciado, então, podemos sempre dizer que este enunciado, um único, possui como pressuposta uma enunciação. Se vocês ouvirem *a terra é redonda*, isso pressupõe que eu digo que a terra é redonda. Em seguida, eu posso encadear e continuar a dizer: - Mas Pedro responde-me que não crê. O segundo enunciado: *Mas Pedro responde-me que não crê* possui igualmente um nível da enunciação. Isso quer dizer: *Eu digo: Mas Pedro responde-me que não crê*. Consequentemente, se um enunciado é concebido não como uma única frase, mas como um encadeamento discursivo, cada enunciado possui a sua enunciação. Há, portanto, uma recorrência da enunciação que acompanha a totalidade do discurso. E esta recorrência constitui o que podemos chamar um nível enunciativo. Portanto, não há uma única enunciação, todo o discurso é conotado pela enunciação, se assim podemos dizer. Conotado no sentido vulgar, não científico. Deste

6 Pierre Guiraud, linguista francês, autor de *Essais de Stylistique*.

7 No decorrer do texto, Greimas desenvolve críticas severas à Linguística chomskiana e ao que ele chama de “neopositivismo anglo-saxão”. Para o aprofundamento dessas questões, indicamos *Aspectos da Teoria da Sintaxe* (Lisboa: Armênio Amado Editor, 1978), obra de Avram Noam Chomsky (1928) traduzida por José António Meireles e Eduardo Prado Raposo, seguida de uma substancial introdução à obra do linguista americano.

ponto de vista, podemos dizer que o fato da recorrência e a definição de enunciação não permitem postular a existência de um nível isotópico da enunciação recobrando a totalidade do discurso. O nível isotópico pode ser concebido de duas maneiras: ou sob a forma de nível sempre implícito ou sob a forma de uma enunciação explicitada, que se tornou enunciada. Isto não é complicado de entender. É, talvez, quando dizemos as coisas que elas se complicam. Dirijo-me a uma jovem e lhe digo: *Você é bela*. Isso quer dizer *eu digo* (enunciação): *Você é bela*. Eu posso dizer *eu digo que você é bela*. Este *eu digo que você é bela* pressupõe que *eu digo que eu digo que você é bela... eu digo que eu digo que eu digo... que você é bela*. Daí, a cada momento há um pequeno jogo, no sentido mesmo de jogar, que faz com que possamos explicitar a enunciação, mas explicitando, nós explicitamos a enunciação verdadeira, verdadeira no sentido trivial.

Eu quero dizer simplesmente que o discurso pode comportar um nível de enunciado, digamos, de tipo constativo ou descritivo, como *a mesa é redonda* ou *a terra gira*, e depois enunciados que são de antigas enunciações enunciadas, do tipo *eu digo*, *eu penso*, *eu creio*, *parece-me*, *é preciso* etc. É preciso, portanto, desmistificar esse assunto. É preciso dizer que o discurso comporta o nível do enunciado e o nível de antigas enunciações que são enunciadas. Mas evidentemente esses dois níveis pressupõem um terceiro, e ele está sempre implícito. Isto é, o sujeito da enunciação não é jamais apreensível e todos os *eu* que vocês acham no discurso enunciado não são sujeitos da enunciação, são simulacros. Daí a dificuldade e o problema que é perguntar em termos tão ingênuos: quem fala no discurso? Os diferentes *eu* que vocês encontram no discurso são *eu* já falados e não *eu* que falam. Porque o *eu* da enunciação está sempre oculto, está sempre subentendido. Isso é elementar. É preciso ter sempre em mente essas coisas quando se fala da enunciação. Se podemos dizer que a enunciação é metalinguística em relação ao enunciado, pelo fato de essa enunciação poder ser enunciada ela mesma, ela pressupõe um nível "metalinguístico" e assim por diante. Coloco este termo "metalinguístico" entre aspas por enquanto porque é preciso questionar justamente sobre o tipo de relação que existe entre a enunciação e o enunciado. Afinal, qual é esta relação? A definição que proponho é a definição que vai do todo à parte. Isto significa que se vocês têm uma estrutura elementar, então, a definição da estrutura é a relação existente entre dois termos. Mas esta definição é incompleta, porque é preciso que ela seja acompanhada de uma segunda definição, considerando que a estrutura em si é algo mais do que a soma de dois termos. Isto quer dizer que a totalidade é um conceito que comporta um excedente de significação em relação a seus elementos. Por outro lado, tratar-se-ia de uma pequena aritmética que consistiria em tomar as unidades, de separá-las e de reuni-las; tratar-se-iam, portanto, de operações discretas. A estrutura possui um aspecto analítico, portanto pode ser decomposta em elementos, mas ela é algo mais do que a soma dos elementos. Portanto, se temos a definição de enunciação e dizemos que a enunciação é um enunciado que possui a estrutura do enunciado, o que é o enunciado nessa enunciação? É um actante objeto, isto é, é um dos termos estruturais, ao passo que a enunciação é o todo. Se a enunciação é a totalidade e se o enunciado é uma parte, então a relação entre enunciação e enunciado é do tipo do todo para a parte, isto é, na terminologia de Jakobson, que não me agrada, uma relação metonímica e

não metafórica. Eu, neste caso prefiro empregar o termo hipotaxe. Diria que existe uma relação hipotática. Consequentemente, se podemos imaginar um nível dos enunciados de ordem descritiva e se, num outro nível – o das enunciações já manifestadas, que é um nível superior – reconhecemos esse nível recorrente, então há o problema da relação entre esses dois níveis, diremos em princípio que a relação enunciação/enunciado pertence ao tipo hipotático, mesmo se esta enunciação já for enunciada. A metonímia é uma figura que compreende muitíssimas coisas. É melhor evitar esta terminologia. Mas, pela tradição, ela é útil neste sentido, a partir do artigo de Jakobson, opõe-se sempre a metonímia à metáfora⁸. É preciso ter em mente a metonímia e, em seguida, tentar ver o que é a metáfora no sentido jakobsoniano. Tenhamos em mente a existência de pelo menos dois níveis com uma relação hipotática entre eles. Antes de passar à metáfora e à metalinguagem, é preciso completar e dizer algo mais sobre a enunciação. Voltarei a esse problema. Podemos definir a metalinguagem como a relação entre dois níveis, dizendo que um desses tipos de relação é a relação hipotática. É preciso sempre ter em mente o que entendemos por este tipo de metalinguagem, porque se há a relação metafórica, não digo o que ela seja, isto será um outro tipo de metalinguagem.

A questão que propomos em seguida é uma questão puramente pragmática. Manteremos um único e mesmo termo de metalinguagem para dois tipos de metalinguagens? Trata-se de uma questão prática e não teórica. Voltemos à definição de enunciação como enunciado. Por tratar-se de um enunciado, este enunciado possui actantes e vê-se que esta enunciação – por sua estrutura – pode desenvolver-se numa estrutura actancial. A questão fundamental, digo fundamental por tratar-se de uma escolha epistemológica, é considerar o que é este *infra-speech*, ou melhor, esta enunciação. De alguma forma, trata-se de um ato absoluto, criador do discurso, ou seja, trata-se de um fazer discursivo, de um fazer dizer, ou de um fazer saber que não tem consequência, uma espécie de retórica, de grandiloquência? Eu, sujeito absoluto em si, estou ali e falo. Digo. Nesta perspectiva, onde apenas o sujeito falante está sendo considerado, é evidente que se desenvolvam os mitos, as metáforas da criatividade. Mas quando se trata de fazer dizer, certamente há um fazer, mas também há um fazer saber, isto é, há uma transferência do saber. O sujeito da enunciação não é apenas um simples sujeito que fabrica mensagens, enunciados, mas é também um sujeito que transmite o saber. Portanto, não é apenas sujeito de uma frase do tipo sujeito/objeto, mas também destinador de uma enunciação que pode ser descrita como destinador/destinatário. E então vocês veem que a gramática gerativa está obscurecida por esta problemática da enunciação, ela se esquece que na ponta do fio há aquele que escuta e há também o destinatário. Se falamos da competência do sujeito falante, é preciso falar ao mesmo tempo da competência do sujeito ouvinte. Não pretendo ir muito longe, quero dizer apenas que o que está implícito numa enunciação a partir do enunciado é uma estrutura actancial. Portanto, não nos surpreende que um

8 Cf. Jakobson (1971).

Beckett⁹ ou um filósofo como Destutt de Tracy¹⁰, estudados por Rastier¹¹ – um, fazendo seu discurso filosófico, o outro, um discurso literário que destrói o enunciado enquanto narrativa – destaquem a problemática da enunciação sob a forma de uma estrutura actancial onde aparece o objeto, o destinatário, os adjuvantes, os oponentes no interior de um discurso que tem a pretensão seja filosófica, isto é, científica na época, seja um discurso que pretende destruir o enunciado, fazendo surgir nesse nível uma espécie de metalinguística que evidencie uma estrutura actancial.

Passemos agora à doença de nosso tempo que consiste em apenas olhar para o próprio umbigo. Eu escrevo e o que faço quando escrevo? Para que escrevo mesmo? Essa é a problemática dos últimos cinquenta anos da poesia e da escrita. Estou ridicularizando, mas não pretendo afirmar que este não seja um problema importante. Entretanto, se relativizarmos, se olharmos as sociedades humanas em sua totalidade, veremos aquilo que é. Não se trata do *summum* da história, não é a única realidade do mundo, o fato de haver pessoas que vivem, que contam histórias para não dizer outra coisa senão apenas considerar com uma lupa seus próprios movimentos gestuais de escrita. Pouco importa, trata-se de juízos de valor. Devem ser colocados entre parênteses. Entretanto quero dizer apenas que a ruptura epistemológica de tudo isso é um europeocentrismo levado ao extremo. Isto consiste em considerar que a regra, ou melhor, a história só se dá em certo lugar do mundo e ali ela progride e que o restante da humanidade está mergulhado no obscurantismo, na ignorância. Trata-se de uma concepção da história total que pode ser válida no nível do desenvolvimento das estruturas econômicas, mas, se tomarmos a problemática da cultura e nela quisermos introduzir o conceito de progresso, não teremos resultados que nos convençam. O que pretendo dizer é que, se a estrutura actancial da enunciação pode ser assim explicitada, desenvolvida, articulada e produzir obras inteiras e de massas totais, o mesmo pode acontecer com o predicado dessa enunciação. Isto quer dizer que o processo da escrita, ou o processo da comunicação, pode também ser exaltado, hipostasiado e produzir outros tipos de conteúdos para outras isotopias de discurso. Isto pode ser o problema da comunicação, da autenticidade da comunicação entre os homens. Como dizer para se fazer crer, como dizer para dizer a verdade. Ainda é um problema toda a arte de agradar que se desenvolve a partir disso. Toda distância entre São Vicente de Paula e Bossuet¹² no contexto francês situa-se aí. São Vicente de Paula, que era um mestre em retórica, dizia que era preciso pregar o Evangelho, pregar a boa nova: ela alcança, não há problema, se você disser verdadeiramente. Isso significaria, provavelmente, que se você assume inteiramente aquilo que você diz, aquele que está na outra ponta da mensagem aceitará e assumirá

9 Samuel Beckett (1906-1989), dramaturgo, escritor e poeta irlandês.

10 Antoine-Louis-Claude Destutt de Tracy (1754-1836), filósofo francês da escola de Condillac.

11 A respeito do estudo que o semiótico francês François Rastier (1947) realizou sobre a obra de Destutt de Tracy, conferir *Idéologie et Théorie des Signes* (1972) e *Essais de Sémiotique Discursive* (1973).

12 Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), padre francês, escritor e orador.

a mesma fé. Ao passo que, para Bossuet, para que a comunicação se efetue, é preciso ornamentá-la, é preciso agradar, utilizar a retórica inteira como meio de persuasão, como meio de efetivar a mensagem. Todas essas problemáticas não são novas e situam-se no nível da enunciação explicitada. Vê-se hoje esta exaltação a respeito da escrita. Nas sociedades que possuem a escrita, o ato da comunicação é mediado, isto é, não existe o face a face do destinador e do destinatário que assegure, com outras semióticas, a semiótica das línguas naturais, o trânsito da mensagem. Aí reside a diferença entre a semântica estrutural que vocês encontram aqui e a comunicação que nós estamos tentando estabelecer. Vocês encontrarão talvez mais nos textos escritos do que nos textos falados. Porém, existem, ao lado das palavras, mensagens que se efetivam com outras semióticas: gestuais, visuais, a linguagem do olhar, como dizem, a linguagem da entonação, a linguagem da convicção. Digamos que há uma quantidade de semióticas que estão subordinadas à fala, mas que fazem a comunicação efetivar-se. Podemos ainda dizer que na comunicação amorosa o verbal desaparece, resta apenas a comunicação tátil, a comunicação olfativa, talvez a mais intensa, a mais autêntica. Há o problema desta comunicação que é ainda uma problemática que pode ser entendida como uma problemática da enunciação explicitada. Finalmente vocês verão o que eu quero dizer, onde quero chegar. Se tentarmos tomar uma determinada cultura e defini-la como um conjunto de valores, há um conjunto de microuniversos semânticos que se prendem a esta problemática da enunciação explicitada e não devemos considerar que isso seja privilégio de nosso século, nossa época. Certamente, vocês encontrarão em poesias muito antigas, na poesia árabe, na poesia indiana, que conheço um pouquinho, os problemas da comunicação que representam sua própria base, que constituem a isotopia básica dos poemas, dos textos.

Agora, a escrita.¹³ Por que a escrita? É porque a escrita é o que fica, é material. Ao lado disso, há uma mitologia que foi criada atualmente com Derrida¹⁴, graças a Derrida um pouco, mas, em seguida, retomada por outras ideologias que afirmam que, escrevendo, o homem toca a matéria, que a fala deixa de ser, enfim, um "*flatus vocis*" que se desvanece, enquanto aqui, o homem, o escritor, torna-se produtor. E o pobre homem que é o escritor de hoje, quer identificar-se ao processo de produção, quer tornar-se produtor. Generalizar passa a ser produzir e o sujeito de produção é o escritor. Ele enobrece sua situação identificando-se com outros trabalhadores e, ao mesmo tempo, constrói um outro mito, o da transformação do mundo pela escrita. Da mesma forma como um operário transforma o mundo com suas mãos, o escritor transforma materialmente a escrita e faz a revolução. Um dos temas de um livro de Sollers¹⁵ que representa esta tendência

13 Embora a palavra "*écriture*" – no sentido que Derrida, Sollers e Barthes empregam – tenha sido traduzida no Brasil, via Leyla Perrone-Moisés, como "escritura", optamos por "escrita", solução empregada por Mário Laranjeira em sua nova tradução de *O Grau Zero da Escrita* (2000).

14 Jacques Derrida (1930), filósofo argelino, autor, entre outros, de *Gramatologia* (1973).

15 Philippe Sollers (1936), crítico e escritor francês líder do grupo *Tel Quel* (reduto da crítica semiológica e marxista estetizante dos anos 60). Construiu sua prosa sob a égide das experiências de Mallarmé e Joyce.

consiste em afirmar que o mundo apresenta três isotopias: escrever, fazer amor e fazer a revolução. E é a mesma coisa: identificação dessas três isotopias. Em seguida, como há identificação e igualdade entre essas três isotopias, não há mais necessidade de fazer um relato coerente, consagra-se uma sequência à revolução, uma sequência de uma cena na cama e depois uma terceira sequência de escritor que escreve. O relato progride dessa maneira, saltando de uma isotopia a outra, porque elas são idênticas. É uma brincadeira, mas creio que é sob forma caricatural que podemos compreender o sentido dessa apologia da escrita que, procurando fundamentos históricos, condena Saussure, por exemplo, porque ele não deu a devida importância à escrita, que é um ato anterior à fala. Como se a humanidade tivesse começado a escrever e só depois a falar. Toda genealogia e arqueologia deveriam ser revistas a respeito desse assunto. Vejam os termos da moda que utilizo. Faço isso para situar novamente a problemática no interior, para que vocês se poupem desses problemas.

No plano pessoal, minha situação é delicada. Vocês tiveram a gentileza de me convidar, portanto, acho que vocês desejam me ouvir. Vocês querem saber o que eu penso. Não sou a única cabeça pensante em Paris, há outras. Seria preciso, realmente preciso, falar dos outros, mas falar deles e não dizer o que penso seria também desonestidade. Vocês veem, essa história de mentira faz a gente dar voltas e não se sabe mais como sair disso. Não sei se minha postura é a mais honesta possível nesta situação, mas, enfim, eu disse a mim mesmo que é preciso ao menos jogar as cartas na mesa. Portanto, vou dizer o que penso, vou dizer o que os outros pensam e vou dizer o que eu penso dos outros que pensam, e eu confesso, na quarta posição, que são juízos de valor, não são juízos objetivos. Nisso vocês têm quatro meta-metalinguagens e vocês poderão escolher a instância que convier. Isto porque, mesmo em ciência, é extremamente difícil ser honesto. Não sabemos como nos desembaraçar. Evidentemente posso dizer, como Descartes, "*larvatus prodeus*"¹⁶ e contar a vocês histórias escondendo-me atrás do biombo da ciência. Utilizo o biombo científico, mas não gostaria que vocês pensassem que eu esteja cego. Passemos então a outros problemas.

A enunciação parece-me o lugar daquilo que Jakobson apresentou de uma maneira muito interessante, o lugar da embreagem, dos *shifters*¹⁷, algo que ainda não foi estudado nem analisado suficientemente. Dentre as embreagens que encontramos, há três principais, conforme vocês sabem, a embreagem actancial, a embreagem temporal e a embreagem espacial. A embreagem actancial é relativamente simples. Acontece quando o sujeito da enunciação implícita coloca, por exemplo, um **ele** que fala no discurso, no discurso enunciado. O que acontece? Estabelece-se uma certa relação entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado que não é o mesmo. Há um distanciamento, há uma tipologia dessas relações a ser feita, que só será possível se for

16 "Eu caminho mascarado", misteriosa divisa atribuída a René Descartes (1596-1650), então com 23 anos, período em que foi soldado no exército de Maurício de Nassau.

17 Cf. Jakobson (1963).

introduzida nessa tipologia o **eu** que é do enunciado, isto é, perguntando-se em primeiro lugar qual é a relação entre o **eu** da enunciação e o **eu** do enunciado. Quando digo *eu digo*, não se trata do sujeito da enunciação. O *eu* implícito não é o mesmo que o *eu* explícito. Vejam como se deve ler o romance de Proust, do grupo que, com André Gide e o fim do século XIX, começa por uma escrita em *eu*. Evidentemente é uma mentira como todas as outras. Somente talvez um pouco mais sutil que as outras. Entretanto os dois *eu* não são idênticos. É um tipo de constatação que se pode fazer sem que, por isso, a partir dessas constatações, possamos ainda estabelecer um sistema de embreagem com uma justificativa semântica suficiente. Trata-se de um problema capital para o estudo de textos literários, ainda mais os modernos. Mesmo os grupos de semiótica religiosa que estudam o Evangelho esbarram nessas dificuldades porque, mesmo nos textos mais simples, isto é complicado.

Tomemos um pequeno poema de Michaux¹⁸ estudado por Houdebine¹⁹ nos *Ensaio de Semiótica Poética* que terminei há dois anos. Tem quatro ou cinco linhas, é um poema em prosa. Há um *eu* da enunciação que se coloca como um *ele*. Há duas ou três linhas com *ele*. Depois, ele começa a se referir a alguém a quem chama *tu*. Então, institui nas duas outras linhas o tipo de comunicação *eu-tu*. Ao passo que há um *eu* relativamente simples que é a passagem, a retomada deste *ele* do qual é preciso definir a posição por um *eu*. E, finalmente, quem é o *tu*? O *tu* é igualmente o sujeito da enunciação porque na fala ainda é um procedimento poético frequente. Fala-se a um *tu* que é, na verdade, um *eu*. São esses *eu* da enunciação explícita que constituem um domínio de pesquisa em si, que provém, creio, da enunciação propriamente dita. São sempre os problemas da enunciação-enunciada, isto é, do segundo nível, porque o que Edmond Houdebine²⁰ disse é que ele descreveu a primeira parte do poema com *ele* com mais ou menos simpatia, mas quando encontrou em seguida a estrutura de *eu* e *tu*, então se rendeu: é um poeta. Por quê? Trata-se da enunciação porque a enunciação é uma palavra da moda. Mas não podemos ser ingênuos. Não sejamos tolos acreditando nessa espécie de descoberta. São formas que existem e pode ser que o *ele*, que está denegrido do ponto de vista da criatividade, possa ser, ao lado do cavalo, uma das grandes conquistas do homem.

Posso responder a essas várias questões com uma obra que está sendo preparada nesse momento chamada *Discussing Langage*²¹, que é uma antologia de dez entrevistas

18 Apresentamos o poema de Henri Michaux (1899-1984) como consta no artigo de Houdebine, seguido de versão nossa: "Un ciel de cuivre le couvre. Une ville de sucre lui rit. Que va-t-il faire? Il ne fera pas fondre la ville. Il ne pourra pas percer le cuivre. Renonce, petit Meidosem. Renonce, tu es en pleine perte de substance si tu continues..." [Um céu de cobre o cobre. Uma cidade de açúcar lhe sorri. O que ele vai fazer? Não derreterá a cidade. Ele não poderá trespassar o cobre. Desiste, pequeno Meidosem. Desiste, tu estás em plena perda de substância se tu continuas...].

19 Houdebine (1972, p. 155-178).

20 Na verdade, refere-se a Jean-Louis Houdebine.

21 O depoimento de Greimas, "Dialogue with H. Parret", encontra-se em Parret (1974).

com linguistas representativos do mundo. Tomaram cinco americanos, cinco europeus e os interrogaram e cada um forneceu uma entrevista de cinquenta páginas, ou seja, fala-se de tudo. Perguntaram-me o que pensava da especificidade das línguas naturais. Respondi que, ao contrário do que geralmente se pensa, considerando a competência inata, o que me parece melhor caracterizar a linguagem humana é a possibilidade de colocar os *ele*, isto é, sujeitos sem relação com a situação da mensagem e com o sujeito do enunciado, como actantes exteriores e depois dizer algo sobre o mundo, o que os animais são incapazes de fazer. Ao passo que se tomamos as categorias inatas, isto é, os enunciados predicativos, que falam do eu, aí está, especificamente, a propriedade das linguagens animais. Isto quer dizer que tudo o que denominamos linguagem dos sentimentos, tudo isso representa um ponto que a humanidade tem em comum com os animais. Por outro lado, o que a humanidade não tem em comum com os animais é aquilo que é depreciado, desvalorizado atualmente. Em princípio, tudo isso vocês já sabem mais ou menos. Vou lembrá-los rapidamente: se há uma situação **aqui e lá**, é a situação da comunicação. E também há um **alhures**, que é um algum lugar fora da situação da enunciação. É normal que exista um **alhures** (no plano temporal, um **então**). Eu não sei como é em português, mas em francês um **então** pode ser situado no passado, no futuro, no presente. O importante é que os sistemas temporais e espaciais independentes podem ser também construídos a partir deste **então** e a partir deste **alhures**. Aí reside a possibilidade de o ser humano formar em seu espírito a imagem de uma realidade ausente, a imagem das coisas, como se fosse uma projeção objetivante. Talvez seja esta, evidentemente, a condição da ciência. Há, também, outra coisa, a qualificação no enunciado, isto é, a totalidade de um sistema de estimativa, de avaliação. Quando vocês dizem: *Esta estrada é larga*, seja quem for que diga o *eu* ou o *ele*, o fato de dizer que *é larga* é um fenômeno de estimativa, digamos, subjetiva, que provém do sujeito. Portanto, os sistemas de valores que funcionam como sendo objetivos, como se proviessem do enunciado, estão ligados à enunciação. Os adjetivos são vulgarmente divididos em duas classes. Se por um lado podemos dizer *A estrada é larga* ou **estreita**, *por outro, também que ela é vicinal*²². *A estrada é vicinal* é o resultado da embreagem. Seu caráter vicinal, federal, não provém do sujeito da enunciação. Finalmente, podemos fazer no discurso a distribuição de diferentes elementos que são também tão redundantes e que provêm de um nível e de outro.

Mais uma coisa: a enunciação é o lugar da veridicção. Quando eu digo, por exemplo, *a terra é redonda*, entre o *eu digo* implícito e *a terra é redonda* é que se situa ainda uma modalidade do tipo: *é verdade que a terra é redonda*. Isto quer dizer que transmito não somente a mensagem, mas também minha estimativa de caráter mais ou menos verídico desta constatação. E então, há muitas coisas a dizer sobre o que alguns chamam de graus de verdade. A expressão é inadequada, mas vocês veem o que isso quer dizer: a linguagem científica é tal que não é apenas o sujeito da enunciação que atrai cada vez um *é verdade... é verdade que...* mas é preciso que o leitor, o destinatário entre no jogo

22 Traduzimos “*departamentale/nationale*” por “*vicinal/federal*”, mais fiel à nomenclatura corrente no Brasil.

e aceite esta regra. O que se constitui é o que chamamos contrato enunciativo. É o que temos dito a respeito do *Pequeno Polegar*. É aceita como uma história verossímil e ao mesmo tempo é concebida como uma história, um conto. Eu não pretendo solucionar esse tipo de problema, mas é uma grande questão a ser proposta. No que diz respeito à linguagem científica, podemos acrescentar, ainda, uma terceira explicação sobre a metalinguagem, isto é, cada enunciado do tipo *é verdade que a terra é redonda* apoia-se sobre uma argumentação, ou melhor, uma demonstração científica, sobre um outro discurso que lhe é paralelo e que fundamenta este enunciado. Isto caracteriza o discurso científico. Isto quer dizer que há uma equipe de sábios trabalhando num laboratório, fazendo experiências. Significa que eles fazem um discurso meio gestual, meio linguístico e tudo se resume em um único enunciado como resultado dessa pesquisa, e que esse enunciado aparece no discurso científico com a menção *é verdade que* etc. E por que é verdade? Porque há um outro discurso que sustenta essa verdade. Talvez isto seja um caso de hipertrofia, de desenvolvimento.

Ao tratarmos de Maupassant²³, tivemos a oportunidade de constatar isso, quando se pretende fundamentar algum tipo de verdade, algum tipo de mentira, algum tipo de segredo, como demonstrei no quadrado, desenvolvem-se sub-discursos particulares que são discursos que se originam de um fazer persuasivo da parte do sujeito, provenientes da parte do destinador e de um fazer interpretativo da parte do destinatário. Ao lado deste discurso persuasivo, é normal surgir um discurso interpretativo porque existe um ouvinte. Por exemplo, eu falo, eu falo, eu falo, quanto a vocês, vocês interpretam. Aceitam algumas coisas, outras, vocês rejeitam. Vocês atribuem um grau de veridicidade ao que eu digo. Isto acontece no nível implícito. Mas isto se acha explicitado, pois como destinador e destinatário, nós podemos ser transportados para o discurso e nos encontrarmos como actantes no interior do discurso. O que acontece? Eu, sendo um actante, sendo um *ele* qualquer, digo isto: *Vejo que ele não crê*. Então, apresento outros argumentos, desenvolvo um grande fazer, uma grande técnica persuasiva. Diante de mim encontra-se alguém que diz: *Ele diz, mas quem é ele? Onde está a verdade?* Ele decodifica o discurso, mas sempre neste plano, o da manipulação das modalidades do verdadeiro e do falso. Do mesmo modo, em *O Cordão* o que vemos muito bem no mestre Hauchecorne, assim que encontra o cordão, é o fato de ele fazer um discurso persuasivo do tipo somático, isto é, faz de conta que procurou e não achou. Sobre o fato, sobre o enunciado narrativo de encontrar o cordão, desenvolve-se um outro nível representado pelo fazer de conta que procurou algo e não achou. É um outro discurso porque há um espectador, porque há um destinatário de seu fazer somático. É o mesmo que dizer tratar-se de semiótica e não apenas de línguas naturais, isto é, ele produz este discurso persuasivo gestualmente. Então, seu inimigo, que ali o observa, interpreta este fazer. Sua interpretação é que o outro quis apenas camuflar o que havia encontrado, fazendo de conta que não havia encontrado. É a mesma dimensão que estabelecemos

23 Podemos citar pelo menos dois trabalhos de Greimas sobre a obra do escritor francês Guy de Maupassant (1850-1893): "Description et narrativité à propos de la Ficelle de Guy de Maupassant" em *Du Sens II* (1983), e *Maupassant, la sémiotique du texte: exercices pratiques* (1976).

a partir da constatação *é verdade que a terra é redonda* que se desenvolve no discurso, um discurso de total veridicção e que pode ter duas dimensões: ou está implícito em nosso diálogo – onde eu utilizo, de forma mais ou menos oculta, as modalidades para persuadir vocês, e quanto a vocês, vocês interpretam meu discurso – ou então pode estar explícito e transportado no discurso.

Vocês veem o que quero dizer, isso lhes interessa em primeiro lugar, digo que se a narrativa é o simulacro das situações sociais, enfim, as formulações e as formulações da narrativa podem ser transpostas para a vida social em si mesma e ter o mesmo jogo que se joga entre nós que estamos mais ou menos mascarados, que representamos papéis, que queremos persuadir, persuadir que é verdade, persuadir que é falso, fingir que é mentira, que há coisas que se escondem atrás das coisas. Tudo isto são categorias simples que coloquei no quadrado. Certamente, há coisas mais complicadas, tudo é um jogo da veridicção, que constitui o referente social, que constitui, no fundo, uma sintaxe conotativa da linguagem humana, da comunicação humana. O importante não é tanto o que as pessoas dizem, mas o que eu acho que as pessoas dizem. A comunicação direta é relativamente pequena em relação a esta gramática que chamo de gramática sociossemiótica que está subjacente à comunicação. Falo apenas de modalidades, mas há categorias semânticas bem conhecidas que estão em jogo. Por exemplo, as relações entre inferior e superior, as relações entre homem e mulher, as relações entre o conhecido e o estranho. O tipo de discurso que sustentamos é diferente nesses casos. O que acontece não é simplesmente alguma figura textual, é a totalidade de uma sintaxe muito complexa que está em jogo. Quando falo e me dirijo a uma mulher, sem refletir, formulo minha frase, meu discurso, de uma certa maneira que não é a mesma. Se esta mulher é mais velha que eu, haverá outras conotações, se ela é mais jovem, outras ainda. Na resposta que vocês emitem, vocês são inconscientemente conscientes que alguém se dirige a vocês como a uma mulher, então vocês farão um discurso daquela a qual alguém se dirige como a uma mulher e que se dirige a um homem.

Há, portanto, um jogo psíquico e sociossemiótico complexo que deriva do que Hjelmslev chama de linguagem de conotação²⁴. De alguma forma, há uma passagem que se pode trabalhar ao tratarmos da enunciação, entre o que está presente no texto como simulacros de comunicação social e o que é a comunicação social em si mesma. Que não há, enfim, ruptura, solução, que há no fundo a linguagem. A narrativa, o discurso, é ainda um lugar privilegiado onde se pode estudar essa gramática sociossemiótica e vice-versa. Há pesquisas, por exemplo, sobre a concepção da honra e do *honnête-homme*²⁵ do século XVII²⁶. Tudo isso é a imagem, uma projeção de imagens entre as

24 Hjelmslev (1975).

25 Segundo o *Petit Robert*, "*honnête-homme*" foi, no século XVII, "noção essencial da moral mundana". Hoje é usado no sentido de "homem do mundo, agradável e que se distingue tanto pelos modos como pelo espírito", "homem que demonstra polidez".

26 No original consta "*siècle XVIII*", o que não mantivemos, já que, linhas abaixo, empregará "*siècle XVII*", época na qual a expressão foi cunhada.

peças em estado de comunicação. Se vocês soubessem que falavam a um *honnête-homme*, vocês teriam algumas obrigações e, depois, há uma personagem à qual você se dirige. Você não se dirige a uma personagem de carne e osso, a um sujeito ontológico, mas a uma construção lógica de um papel desempenhado.

Quero terminar meu discurso sobre esta enunciação com uma paráfrase: fora do texto não há salvação. Isto quer dizer que tudo o que se pode extrapolar vem do texto. É por isso que insisto na enunciação enunciada, pois já é existente. Só se pode falar de coisas a partir do texto, do que se descobre no texto. O que permite Chomsky falar de competência? Por quê? Porque ele é filósofo? Porque ele é psicólogo²⁷? Ou outra coisa? A competência não está no texto. Por isso é preciso encontrar no texto os elementos suficientes para construir por pressuposição lógica o conceito de competência. Ao falar do *honnête-homme* do século XVII, eu disse que há uma estrutura social, eu pretendia perguntar: como podemos conhecer o homem se não for pelos textos? Tomemos o romance da *Princesa de Clèves*²⁸, nós analisamos e descobrimos essas atitudes, esses papéis sociossemióticos que são representados. Agora, como a enunciação tem esta faculdade de ser enunciada, podemos então dizer o que é a enunciação não enunciada, implícita, e é neste sentido que se pode falar da gramática sociossemiótica porque nós a reconhecemos no texto. Isto não é ainda suficiente. Existe a teoria das linguagens de conotação. Esta teoria das linguagens de conotação, em Hjelmslev, consiste em dizer que, se há uma metalinguagem, uma linguagem-objeto, há também conotadores que podem ser reunidos e que estão presentes nos textos manifestados, mas só reunidos em subcódigos, em subsistemas, são capazes de produzir isto ou aquilo. Hjelmslev é muito pouco explícito nesta questão. Eu extrapolei desmedidamente, restou muito pouco de Hjelmslev neste assunto. E indico minhas fontes. A conotação, falo da conotação social, ela está, ela deve estar presente no texto. No entanto, ela está presente de maneira errática, difusa. Portanto, é difícil construir modelos, fazer uma descrição semântica dessa maneira. Mas o que nos auxilia é saber que a enunciação pode ser enunciada num tipo de discurso. E é essa enunciação enunciada que podemos descrever sob forma de modelo e que dá modelos previsíveis para estudar as linguagens de conotação que nos signos são erráticas. O que quis evidenciar, para que isto não permaneça confuso, é um problema relativo à verificação, que constitui o referente interno do discurso, por não termos referente externo, o contrato entre o destinador-narrador e o destinatário-leitor institui um referente interno de acordo com o grau de credibilidade do texto. Isto é uma coisa. E depois, há outra coisa, é o problema da competência que, da mesma forma, provém da enunciação.

Pode-se fazer a história das ideias. Chomsky inspirou-se em Descartes – na época de Descartes – e o que ele deduziu está dominado pela psicologia dos grandes moralistas

27 No original, “*psychologique*”.

28 *La Princesse de Clèves* (1678), romance de Marie-Madeleine de La Fayette (1634-1693), escritora francesa mais conhecida como Madame de La Fayette.

franceses dos séculos XVII, XVIII. Ali, vocês sempre encontram uma análise de todas as faculdades. O que é faculdade? Justamente o que Chomsky traduziu por competência. Haveria uma filiação psicológica e deveríamos explicar como se chegou a essa ideia de competência. Podemos comparar a competência ao conceito de língua em Saussure. A língua no sentido saussuriano, a linguagem, se quiserem, seria a competência, mas coletiva e não individual, ao passo que, em Chomsky, o sujeito falante é o que consideramos indivíduo para nós, em nossa tradução, é a língua que fala em nós, não somos nós que falamos a língua. Há uma espécie de interioridade coletiva do espírito humano que precede o sujeito falante. Pouco importa. O que quero dizer é que deste ponto de vista vê-se que os problemas da competência, da mesma forma, devem estar contidos no texto e que se pode descobrir essas competências nos textos, analisar esta competência em diferentes faculdades e ver como os textos, o imaginário humano, simulam estas competências e como acontece com os problemas de psicossociologia, periga devolver de novo a competência ao nível do não enunciado. Creio que não existe mil maneiras de fazer isso. Minha intenção é dizer que creio na Linguística discursiva e no discurso narrativo como revelador, como um campo de experiência privilegiado para falar da Linguística, do que está implícito no discurso, do que está implícito na linguagem. É que não se pode tomar axiomáticamente apenas alguns conceitos como competência e performance, mas, de alguma forma, pode-se tocá-los com os dedos e então utilizar esta operação ora dedutiva, ora indutiva. A esse respeito teremos que falar muito ainda das competências do sujeito que são simuladas na narração.

Por fim, o que eu queria dizer em relação a esta enunciação – e já o disse – é que podemos considerar o sujeito da enunciação como sujeito psicológico, podemos considerar o sujeito da enunciação como sujeito coletivo. Aqui as coisas se complicam. Se, por exemplo, tratamos do folclore, da literatura oral, quem é o sujeito, quem é o narrador que fala? Há uns cinquenta anos, houve uma discussão épica, sobre a *Volksgeist*, o espírito do povo. Em seguida, o folclorismo alemão foi retomado pela teoria nacional-socialista e tornou-se inutilizável durante algum tempo. Há o problema: a literatura oral é uma criação individual ou coletiva? Do mesmo modo há o problema do discurso científico, no qual se chega ao cúmulo de identificar um sujeito qualquer. Outrora, Roland Barthes sonhava com uma escrita branca²⁹, ou seja, uma escrita que não teria sujeito, nem enunciação, uma escrita em que as palavras estariam ligadas às coisas, em que as palavras diriam as coisas diretamente.

A partir desses quatro tipos³⁰, já podemos construir um quadrado e fazê-lo funcionar. Pouco importa, o que eu quero dizer é que existe essa problemática da enunciação. Ela é interessante nos limites que prescrevi, isto é, contanto que essa problemática esteja

29 Para a ocorrência da expressão “écriture blanche”, conferir a introdução de “Le degré zéro de l’écriture suivi”, de *Elements de Sémiologie* (Barthes, 1964).

30 Greimas refere-se às dicotomias apresentadas no início de sua fala: enunciação/enunciado e metalinguagem/linguagem-objeto.

situada no texto, extrapolada (logicamente pressuposta a partir do texto) segundo as pressuposições lógicas a partir do texto.

Por outro lado, há um caminho perigoso pelo qual nos aventuramos: redimir toda a semiótica pela ideologia. Mas afinal o que ocorre? Vocês conhecem um grande filósofo do nosso século, que fez surgir a única filosofia das ciências atuais? Estou falando de Husserl³¹. Qual era a preocupação fundamental de Husserl? Para ele, o problema consistia em saber como colocar entre parênteses o sujeito da enunciação. Para ele, condição possível por meio da ciência. Enquanto filósofo de inspiração kantiana, evidentemente, o sujeito psicológico não apresentaria nenhuma consequência, mas, sim, o sujeito transcendental, o sujeito coletivo. É essa a verdadeira problemática, ou seja, se nosso conhecimento do mundo provém sempre de um sujeito conhecedor, o que podemos dizer de seguro e certo sobre o mundo, em que condições a ciência é possível? É apenas a ciência do sujeito e não a ciência do objeto. No começo do século, nos anos trinta, eis como o problema se apresentava. O que chamamos redução fenomenológica é a operação que nos tem permitido respirar, conceber a possibilidade, conceber o mundo como objeto, o mundo de fenômenos inapreensíveis. A teoria dos semas das relações trata de implicações filosóficas desse gênero. Agora o que se faz é a abertura deste parêntese e a consequente introdução do sujeito. Que o sujeito lógico esteja pressuposto, tudo bem, mas caso se passe ao sujeito psicológico, ao sujeito ontológico, ao sujeito transcendental, então vocês abriram as comportas de algo que os engolirá. A semiótica estará destruída. Obras do gênero acima têm aparecido no mercado, onde são consideradas como barreiras, cancelas das condições de inteligibilidade do mundo. Quando vocês encontrarem artigos sobre o sujeito da enunciação que pretendem dizer que o verdadeiro sujeito da enunciação é o pênis, certamente então sabemos onde isso vai dar. Portanto, o sujeito deixa de ser uma espécie de espírito humano para tornar-se matéria, um sujeito fisiológico, isso é o que eu quis dizer.

Portanto, há limites que não devem ser ultrapassados nesse sentido. E por quê? Porque podemos ultrapassá-los, mas é preciso avaliar o preço que vamos pagar se avançarmos. Isso quer dizer que tudo é possível para aqueles que passam de um sujeito a outro, mas é preciso que o homem seja lúcido naquilo que faz e que não escorregue imperceptivelmente, que a vida seja um projeto voluntário e não um jogo de circunstâncias e deslizes cujo peso não se tenha avaliado de antemão. Vejam o que quis dizer: tomem, assumam uma direção ou outra, mas não por deslizes, por ignorância, por falta de lucidez. Aí está o verdadeiro problema da semiótica. Portanto, a última palavra é essa, já disse antes: fora do texto não há salvação. Todo o texto, nada senão o texto e nada fora do texto³².

31 Edmund Husserl (1859-1938), filósofo alemão precursor da fenomenologia.

32 "Hors du texte, point de salut. Tout le texte, rien que le texte et rien hors du texte", no original.

| Referências

- BARTHES, R. Le degré zéro de l'écriture suivi. In: BARTHES, R. *Elements de Sémiologie*. Paris: Seuil, 1964.
- CHOMSKY, A. N. *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. Tradução José António Meireles e Eduardo Prado Raposo. Lisboa: Armênio Amado Editor, 1978.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- GREIMAS, A. J. L'Énonciation: une posture épistémologique. *Significação – Revista Brasileira de Semiótica*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 09-25, 1974.
- GREIMAS, A. J. *Maupassant, la sémiotique du texte: exercices pratiques*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.
- GREIMAS, A. J. Dialogue with H. Parret. In: PARRET, H. (ed.). *Discussing language*. La Haye: Mouton, 1974.
- GREIMAS, A. J. Description et narrativité à propos de la Ficelle de Guy de Maupassant. In: GREIMAS, A. J. *Du sens II*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- GREIMAS, A. J. *Du sens II*. Paris: Éditions du Seuil, 1983.
- GUIRAUD, P. *Essais de Stylistique*. Paris: Klincksieck, 1993.
- HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- HOUDEBINE, J-L. Essai de lecture réflexive d'un texte de Michaux à ses différents niveaux d'énonciation. In: GREIMAS, A. J. et al. *Essais de Sémiotique Poétique*. Paris: Librairie Larousse, 1972. p. 155-178.
- JAKOBSON, R. Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe. In: JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. Paris: Éditions de Minuit, 1963. p. 176-196.
- JAKOBSON, R. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1971. p. 34-62.
- LA FAYETTE, M. de. *La Princesse de Clèves*. Paris: Gallimard, 1972 [1678].
- LARANJEIRA, M. *O Grau Zero da Escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- RASTIER, F. *Idéologie et Théorie des Signes*. La Haye: Mouton, 1972.

RASTIER, F. *Essais de Sémiotique Discursive*. Paris: Maison Mame, 1973.

VAN DIJK, T. A. *Tekstwetenschap: een interdisciplinaire inleiding*. 1. ed. Utrecht: Het Spectrum, 1978.

VAN DIJK, T. A. *La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario*. Tradução Sibila Hunzinger. Barcelona/Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1978.

Como citar este trabalho:

GREIMAS, Algirdas Julien. A enunciação (uma postura epistemológica). Tradução de Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz e Jean Cristtus Portela. **CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 10-27, jul. 2024. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/index>. Acesso em "dia/mês/ano". <http://dx.doi.org/10.21709/casa.v17i1.19054>.